
DIFERENÇA ENTRE LUCRO CONTÁBIL-FISCAL: INTERESSES DE BANQUEIROS E POLÍTICOS

Ana Julia Batistella Behm ¹
Cristian Bau Dal Magro ²
Sady Mazzioni ³

▪ Artigo recebido em: 31/03/2022 ▪▪ Artigo aceito em: 22/05/2023 ▪▪▪ Segunda versão aceita em: 20/07/2023

RESUMO

O objetivo do estudo é verificar a influência do *board interlocking* (BI) de banqueiros e políticos na diferença entre o lucro contábil e fiscal de empresas listadas na Brasil Bolsa Balcão – B3. A amostra da pesquisa considerou 1.157 observações, correspondentes ao período de 2011 a 2018. Os dados foram tratados pela regressão linear múltipla. Os resultados indicam que o BI, por si só, não interfere na diferença entre o lucro contábil e fiscal. Entretanto, a presença de BI de políticos influencia para que as empresas priorizem os aspectos fiscais do resultado. O achado permite aceitar a hipótese de que o BI formado por políticos reduz a diferença entre os lucros contábil e fiscal. Por outro lado, a presença de BI de banqueiros influencia para que as empresas priorizem os aspectos societários do resultado. O achado permite aceitar a hipótese de que o BI formado por banqueiros aumenta a diferença entre os lucros contábil e fiscal. A investigação fornece indícios para os acionistas avaliarem a pertinência de manter no conselho de administração membros com expertises específicas e interconectados, considerando o tipo de divulgação desejada pelos *stakeholders*.

Palavras-Chave: Conformidade Contábil-Fiscal. Governança Corporativa. Redes Sociais. Políticos. Banqueiros.

¹ Mestra em Ciências Contábeis e Administração pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECO, Professora do Centro de Ensino Superior Riograndense – CESURG. Endereço: Rod BR 386, KM 138 – Beira Campo, CEP 99650-000, Sarandi, RS – Brasil. Telefone: (55) 99674-5296. E-mail: anajbatistella@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7988-7083>

² Doutor em Ciências Contábeis e Administração pela Universidade Regional de Blumenau – FURB, Professor do Programa de Pós Graduação em Ciências Contábeis e Administração da Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECO. Endereço: Avenida Senador Atílio Fontana 591 E, Bloco R, EFAPI, CEP 89809-000 - Chapecó, SC – Brasil. Telefone: (49) 99118-2003. E-mail: crisbau@unochapeco.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7609-5806>

³ Doutor em Ciências Contábeis e Administração pela Universidade Regional de Blumenau – FURB, Professor do Programa de Pós Graduação em Ciências Contábeis e Administração da Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECO. Endereço: Avenida Senador Atílio Fontana 591 E, Bloco R, EFAPI, CEP 89809-000 - Chapecó, SC – Brasil. Telefone: (49) 99928-9520. E-mail: sady@unochapeco.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8976-6699>

Editor responsável pela aprovação do artigo: Dr. João Estevão Barbosa Neto
Editor responsável pela edição final do artigo: Dr. Ewerton Alex Avelar

DIFFERENCE BETWEEN ACCOUNTING-FISCAL PROFIT: BANKERS AND POLITICIANS INTERESTS

ABSTRACT

The objective of the study is to verify the influence of board interlocking of bankers and politicians on the difference between accounting and tax profit of companies listed on Brasil Bolsa Balcão - B3. The research sample considered 1,157 observations, corresponding to the period from 2011 to 2018. The data were treated by multiple linear regression. The results indicate that board interlocking, by itself, does not interfere with the difference between accounting and fiscal profit. However, the presence of board interlocking (BI) of politicians influences companies to prioritize the fiscal aspects of the result. The result allows us to accept the hypothesis that BI formed by policies reduces the difference between accounting and fiscal profits. On the other hand, the presence of bankers' board interlocking influences companies to prioritize the corporate aspects of the result. The result allows us to accept the hypothesis that the BI formed by bankers increases the difference between accounting and fiscal profits. The findings provide clues for shareholders to assess the relevance of keeping members with specific and interconnected expertise on the board of directors, according to the type of disclosure desired by stakeholders.

Keywords: Accounting and Tax Compliance. Corporate Governance. Social Networks. Politicians. Bankers.

1 INTRODUÇÃO

As informações úteis aos usuários das demonstrações financeiras diferem das exigidas pelas autoridades fiscais, o que confirma o posicionamento conceitual de qualidade da informação na diferença entre lucros contábil e fiscal (Hanlon, Maydew & Shevlin, 2008). Do contrário, se preconiza contabilizar os efeitos tributários e a forma das operações, deixando de priorizar a divulgação da essência econômica nas operações (Tang, 2015).

Nesse sentido, o Conselho de Administração (CADM) monitora as atividades organizacionais e resguarda os interesses das partes interessadas (Fama & Jensen, 1983, Shleifer & Vishny, 1997; Santos & Silveira, 2007). Contudo, a ampla rede de conselheiros de administração, conceituada pelo *board interlocking* (BI) (Carrera, 2013), faz com que as empresas compartilhem conhecimentos que moldam as atitudes dos outros indivíduos e afetam distintamente o monitoramento corporativo (Mendes-Da-Silva, 2010; Hashim & Rahman 2011; Shi, Dharwadkar & Harris 2013; Ribeiro & Colauto, 2016).

O BI tem sido associado à disseminação de informações que prejudicam a qualidade da informação contábil (Hashim & Rahman, 2011; Shi et al., 2013), a exemplo das práticas de gerenciamento de resultados (Chiu, Teoh & Tian, 2013; Markarian & Parbonetti, 2009; Ribeiro & Colauto, 2016; Cunha & Piccoli, 2017; Dal Magro & Klann, 2017). Neste âmbito, as corporações têm inserido banqueiros e

políticos, criando uma rede de indivíduos com expertises e vivências distintas e complementares (Mizruchi, 1996; Dal Magro & Klann, 2017).

As expertises e vivências profissionais dos membros do CADM tornam-se relevantes, ao ponto que o BI formado por políticos pode prejudicar a informatividade dos lucros (Bona-Sánchez, Pérez-Aleman e Santana-Martín, 2014), e seus interesses destoam dos usuários da informação contábil (Hanlon et al., 2008; Atwood, Drake & Myers, 2010; Tang, 2015), por priorizarem informação contábil alinhada aos interesses do fisco.

De modo distinto, a presença dos banqueiros no CADM de empresas não financeiras pode fomentar os investimentos (Glasberg (1987), monitorar as corporações e promover a qualidade da informação contábil aos usuários primários (Güner, Malmendier & Tate, 2008; Markarian & Parbonetti, 2009), o que ocasiona distanciamento entre os lucros contábil e fiscal.

Diante do exposto, emerge o seguinte problema de pesquisa: qual a influência do *board interlocking* de banqueiros e políticos na diferença entre o lucro contábil e fiscal? O objetivo do estudo é verificar a influência do *board interlocking* de banqueiros e políticos na diferença entre o lucro contábil e fiscal de empresas listadas na B3.

A contribuição prática está centrada nas mudanças da legislação societária no Brasil, por meio das Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, que possibilitaram a flexibilidade no julgamento profissional para o reconhecimento, mensuração e evidenciação da informação contábil. Ao reduzir os efeitos tributários na contabilidade societária, criou-se uma tendência de aumento na diferença entre o lucro contábil e fiscal (Ferreira, Martinez & Costa, 2012). Isto oportunizou aos membros do CADM, com atribuições de discutir as estratégias corporativas, promover seus interesses corporativistas, principalmente quando o BI acontece. Do ponto de vista teórico, o estudo contribui com a Teoria da Agência, avaliando os pressupostos de que os indivíduos do conselho de administração com interesses distintos buscam maximizar seus próprios objetivos e do corporativismo prevalecer nas relações empresariais.

2 ESTRUTURA CONCEITUAL E HIPÓTESE

2.1 Board Interlocking de Banqueiros e Políticos

O CADM é fundamental para a governança corporativa, ao promover o monitoramento corporativo (Santos & Silveira, 2007). Sua composição pode absorver indivíduos interligados a diversos atores corporativos (Granovetter, 1983) e com participação simultânea em duas ou mais empresas (Mizruchi, 1996; Cunha & Piccoli, 2017). O BI ocorre com maior frequência entre os conselheiros de administração envolvidos em atribuições institucionais (Mizruchi, 1996; Santos & Silveira, 2007; Santos, Silveira & Barros, 2012).

Em muitos países, o governo interfere nas atividades empresariais pelo ingresso no CADM (Okhmatovskiy, 2010). A conexão política pode surgir quando o governo é acionista direto ou indireto de empresas privadas; empresários ingressam no ambiente político; políticos aposentados passam a compor o CADM

de empresas privadas; e a empresa realiza doações para campanhas eleitorais de políticos (Costa, Bandeira-De-Mello & Marcon, 2013).

O BI trata de uma relação social existente entre duas ou mais empresas por meio da inclusão de um mesmo profissional nos conselhos de administração (Albuquerque, 2016). Wong, Gygax e Wang (2015) definem que o *board interlocking* pode ser formado por dois órgãos sociais que compartilham ao menos um diretor em comum. O BI está presente com maior frequência, justamente, entre os conselheiros de administração, os quais estão envolvidos com as diretorias e possuem atribuições institucionais que envolvem as decisões de alto escalão (Mizruchi, 1996; Santos & Silveira, 2007; Santos, Silveira & Barros, 2012).

O BI pela conexão política tem sido caracterizado pela participação de indivíduos com ligações políticas no CADM de empresas privadas (Dal Magro & Klann 2017). A conexão política tem ocorrido em empresas maiores que buscam minimizar ações governamentais em suas atividades (Agrawal & Knoeber, 2001). A conexão política tem sido motivada pelo tratamento preferencial que as empresas passam a ter com os órgãos governamentais, como por exemplo: tributação, privilégios contratuais e regulação (Faccio, 2006).

As empresas conectadas com políticos apresentam incentivos às práticas de gerenciamento de resultados, ocultando lucros que possam atrair regulamentação mais rígida (Fan et al., 2014). As empresas com conexões políticas expressam menor nível de informatividade da contabilidade ao mercado, focando prioritariamente na informação fiscal (Kothari, 2001; Bona-Sánchez et al. 2014).

Por sua vez, a conexão financeira ocorre quando os banqueiros (Markarian & Parbonetti, 2009) ocupam assentos no CADM de empresas não financeiras (Stearns & Mizruchi, 1993). O BI formado pelos banqueiros prevalece em economias com demanda agregada por capital e nas empresas com necessidade de fluxo de caixa para expansão (Mizruchi & Stearns, 1988).

A inserção de representantes das instituições financeiras no CADM de empresas não financeiras gera benefícios de acesso facilitado ao capital, alavancagem, assessoria financeira e monitoramento corporativo (Mizruchi & Stearns, 1988; Stearns & Mizruchi, 1993). O favorecimento das empresas ocorre porque os banqueiros possuem conhecimentos abrangentes sobre o mercado financeiro, finanças corporativas e a análise de investimentos (Dittmann, Maug & Schneider, 2010).

Além disso, os bancos são beneficiados com a proteção sobre o crédito, análise dos negócios (Glasberg, 1987), acompanhamento das operações de forma natural e redução no risco de inadimplência (Mizruchi & Stearns, 1988; Stearns & Mizruchi, 1993). Sob o olhar da governança corporativa, a ligação financeira de membros do CADM permite vantagens pela troca de informações a partir do acesso aos dados de desempenho interno, conhecimentos antecipados sobre investimentos e das operações (Stearns & Mizruchi, 1993).

2.2 Agressividade Fiscal e a Diferença entre o Lucro Societário e Fiscal

A agressividade fiscal pode ser mensurada por indicadores que subsidiam os tomadores de decisão a detectarem o percentual real dos tributos sobre o lucro desembolsados pelas organizações (Chen et al., 2010). Chen et al. (2010) identificaram duas medidas bastante exploradas na literatura para mensurar a agressividade fiscal, sendo: a) taxa de imposto efetiva (*effective tax rate* – ETR) e; b) diferença entre o lucro contábil e lucro fiscal (*book-tax differences* - BTM).

A taxa de imposto efetiva (ETR) confronta a carga tributária real efetiva exercida pela empresa com a carga tributária determinada pela legislação (Shackelford & Shevlin, 2001). A taxa de imposto efetiva (ETR) baixa é um parâmetro apropriado para sugerir que a empresa executou aspectos de planejamento tributário (Shackelford & Shevlin, 2001).

Shackelford e Shevlin (2000) e Tang (2005) indicam que a ETR é definida pelo percentual obtido da divisão da despesa total com tributos sobre o lucro pelo lucro antes do imposto de renda de uma determinada empresa i no ano t . Para identificar a agressividade fiscal é preciso comparar o resultado da ETR com a carga tributária prevista na legislação (Hanlon & Heitzman, 2010).

A *book tax difference* (BTM) é a diferença entre o lucro contábil e o lucro fiscal advinda das peculiaridades nas determinações dos resultados da Contabilidade Financeira e da Contabilidade Fiscal (Martinez & Bassetti, 2016). A BTM decorre da divulgação de dois resultados: um para investidores e outras partes interessadas por meio das demonstrações contábeis (Blaylock, Gaertner, & Shevlin, 2017; Hanlon & Heitzman, 2010) e outro para o governo pela declaração fiscal (Lev & Nissim, 2004).

A contabilidade financeira é baseada em princípios e não em regras, o que ocasiona diferença entre os lucros contábil e fiscal. Em países que prevalece a forma jurídica e as regras, há uma maior conformidade entre as Contabilidades Financeira e a Tributária, ocasionando menor BTM. Em resumo, o BTM reflete os ganhos e perdas contábeis e fiscais de uma entidade, sendo derivadas de padrões com objetivos e finalidades diferentes (Chi, Pincus, & Teoh, 2014).

Muitas vezes, os gestores gerenciam o lucro contábil para mostrar resultados satisfatórios aos investidores. Sendo assim, as escolhas contábeis dos gestores podem ser utilizadas para aumentar o lucro societário sem afetar o lucro fiscal (Formigoni, Antunes & Paulo, 2009; Tang & Firth; 2012). Nesse sentido, os *stakeholders* estão interessados na informação contábil diferente daquela exigida pelo fisco, por compreenderem que a proximidade entre o lucro societário e fiscal reduz a qualidade do resultado (Hanlon et al., 2008; Tang, 2015). Atwood, Drake, e Myers (2010) fornecem evidências de existem ganhos na qualidade da informação contábil em países com baixos níveis de conformidade na BTM.

Em geral, entende-se que a diferença entre o lucro contábil e fiscal melhora a qualidade da informação contábil, haja vista que ao distanciar os lucros contábil-fiscal as empresas estão interessadas em reportar informações qualificadas aos diferentes âmbitos de interesses, sendo: a) *stakeholders* primários (acionistas e investidores, empregados, clientes, fornecedores e comunidade) e;

b) *stakeholders* secundários (o governo, concorrentes, a mídia, entidades filantrópicas, instituições de ensino e demais grupos de interesse).

Para Lev e Nissim (2004), as diferenças de tratamento das receitas ou despesas específicas na contabilidade financeira e na contabilidade fiscal podem ser classificadas como temporárias quando diferem apenas no período em que são reconhecidas. A depreciação e as provisões contingenciais são exemplos de itens de despesas que geralmente resultam em BTM temporárias. Na depreciação, o “custo” de se consumir um ativo de longa duração é reconhecido contábil e fiscalmente, mas o valor anual gasto frequentemente varia entre os regimes (Khan, Srinivasan, & Tan, 2017).

Já a BTM permanente resulta quando as diferenças entre os tratamentos contábeis e os tributários para receitas ou despesas específicas não são simplesmente uma questão de *timing*. Neste caso, existem itens que são reconhecimentos contabilmente, mas não tributariamente ou vice-versa. Alguns exemplos são: juros sobre capital próprio, equivalência patrimonial, prejuízos fiscais e *goodwill* (Martinez & Bassetti, 2016).

Além disso, Tang e Firth (2012) segregaram a BTM em discricionária e não discricionária, ou seja, as informações contidas nas BTM podem ser explicadas pelos seus componentes normais e anormais, respectivamente. As BTM Normais são as diferenças recorrentes e legítimas da Contabilidade Financeira e da Contabilidade Tributária, principalmente: as permanentes. Em contrapartida, as BTM anormais englobam as motivações duvidosas dos gestores para manipulação dos resultados e das normas contábeis, além das evasões fiscais ou a utilização ilegítima de regalias tributárias. Portanto, a presente pesquisa não está interessada em estudar a manipulação tributária (agressividade fiscal), tendo foco no BTM normal para averiguar *drivers* políticos e banqueiros do CADM que afetam a qualidade da informação contábil.

2.3 Desenvolvimento das Hipóteses de Pesquisa

Os estudos sobre BI apontam resultados contraditórios e não definitivos dos seus efeitos nas práticas corporativas. De um lado, beneficia o monitoramento corporativo e reduz os conflitos de agência (Kim & Cannella, 2008) e, de outro lado, compromete a governança corporativa e promove assimetria de informação (Dhaliwal, Naiker & Navissi, 2010).

Os players do mercado entendem que a aproximação entre empresa e governo pode reduzir as incertezas (Camilo, Marcon & Bandeira de Mello, 2012) e pressão dos stakeholders por informações contábeis de alta qualidade (Chaney, Faccio & Parsley, 2011). Dal Magro e Klann (2020) avaliaram as estruturas da interligação dos membros com expertise política sob uma amostra de 2.474 empresas, no período 2010 a 2015. Os autores retrataram que o BI pela expertise política amplia as práticas oportunistas de gerenciamento de resultados, que podem decorrer de contratos mais lucrativos e vantagens oferecidas aos políticos.

De acordo com Boubakri et al. (2012) os problemas de agência e a governança corporativa deficitária, decorrente da afiliação política da gestão

empresarial, possibilitam aos afiliados políticos obterem privilégios políticos em virtude de outras partes interessadas, aumentando seus incentivos na desapropriação dos acionistas minoritários.

Assim, o BI formado por políticos pode impactar no reconhecimento e mensuração da contabilidade, podendo até mesmo prejudicar a informatividade dos lucros (Bona-Sánchez, Pérez-Aleman & Santana-Martín, 2014). Entende-se que políticos primam por benefícios privados e o aumento de incentivos para desapropriação dos acionistas minoritários. Portanto, estariam interessados em reduzir a diferença entre lucro contábil-fiscal, com o intuito de prejudicar a informação contábil exposta aos stakeholders primários (Qian, Pan & Yeung, 2011; Boubakri et al., 2012).

O BI formado por políticos pode trazer prejuízos informacionais aos stakeholders, fazendo com que as empresas priorizem a informação contábil ao fisco. Os políticos no CADM das empresas privadas acabam priorizando o resultado tributário para esconder seus verdadeiros interesses que se fariam presentes na informação contábil com foco societário. Diante do exposto, têm-se a primeira hipótese de pesquisa:

H1: o BI formado por políticos reduz a diferença entre os lucros contábil e fiscal.

Adicionalmente, o CADM pode ser composto por indivíduos que possuem ligação com instituições financeiras. Os banqueiros promovem monitoramento mais rígido sobre comportamentos oportunistas (Stearns & Mizruchi, 1993) e conselheiros com expertise financeira possuem maior aptidão para analisar as informações financeiras e não financeiras (Dhaliwal et al., 2010). Quando inseridos no CADM de empresas com dificuldades financeiras, os banqueiros reduzem a assimetria informacional e buscam obter informações privilegiadas para diminuir o risco de inadimplência (Mizruchi, 1996).

Markarian e Parbonetti (2009) estudaram empresas Italianas e identificaram que a presença de banqueiros no CADM de empresas industriais influencia negativamente as práticas de gerenciamento de resultados, o que sugere que os banqueiros exercem papel de monitoramento, que constrange o comportamento oportunista da administração. Dal Magro e Klann (2020) analisaram a estrutura de interligação dos membros com expertise financeira, retratando que o BI pela expertise financeira contribui no controle corporativo, captação de recursos, ameniza os conflitos de agência e mitiga o oportunismo gerencial.

Dittmann, Maug e Schneider (2010) consideram que, na maioria das vezes, a conexão financeira faz com que as empresas não financeiras superem os problemas de seleção adversa e de racionamento de crédito. Presume-se que ao mitigar as práticas oportunistas, a conexão por membros com expertise financeira pode trazer benefícios informacionais à contabilidade societária, principalmente por aumentar a qualidade informacional na busca por crédito e para respeitar as cláusulas dos contratos da dívida.

Güner, Malmendier e Tate (2008) sugerem que a conexão financeira nos CADM pode afetar as políticas da empresa não financeira, além de uma divulgação mais precisa e um melhor desempenho do comitê de auditoria.

Ademais, os banqueiros continuam sendo um tipo comum de especialista financeiro em conselhos corporativos que proporcionam melhor monitoramento e a redução dos conflitos de agência.

Estima-se que membros financeiros buscam auxiliar as empresas no monitoramento e atendimento de regras contábeis. No entanto, isso pode distanciá-las da informatividade ao fisco e, principalmente, no reporte dos lucros, haja vista que destina maior atenção para a visibilidade da empresa ao mercado. Diante disso, expõe-se a segunda hipótese de pesquisa:

H2: o BI formado por banqueiros aumenta a diferença entre os lucros contábil e fiscal.

3 MÉTODOS DA PESQUISA

A população da pesquisa compreendeu as empresas listadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, considerando o período entre 2011 a 2018. Foram excluídas as empresas que não dispunham de dados documentais e financeiros, as instituições financeiras e de seguros, devido às peculiaridades do setor que se diferenciam das demais empresas industriais, comerciais e de serviços em geral. Também foram excluídas as empresas que não apresentavam informações de governança corporativa, aquelas consideradas como *outliers* e que apresentaram IRPJ negativo, ETR negativo anormal, ETR positivo anormal e ROA anormal, a fim de evitar vieses nos resultados diante da anormalidade das variáveis.

Quanto ao período de cobertura, destaca-se que em 2008, conforme a Lei 11.638/07, iniciou-se o processo de adoção voluntária das *International Financial Reporting Standards* – IFRS no Brasil, mas somente em 2010 ocorreu a exigência pela implementação completa (FULL IFRS), podendo ser considerado como um ano de adaptação, fato que justifica o período de início da amostra. Além disso, a adoção das IFRS aumentou a oscilação entre os lucros contábeis e tributáveis (Cardoso et al., 2017), justificando o período de estudo.

A Tabela 1 apresenta o constructo das variáveis dependentes.

Tabela 1

Variáveis dependentes

Descrição	Métrica	Autores de base
Diferença entre lucro contábil-fiscal (DCF)	$CTE_{it} = B_0 + B1PTBI_{it} + B2DIV_{it} + \varepsilon_{it}$ <p>Em que: CTE_{it} = Despesas tributárias correntes da empresa i no ano t, $PTBI_{it}$ = Lucro antes dos Tributos da empresa i no ano t, DIV_{it} = Total dos dividendos da empresa i no ano t, ε_{it} = erro.</p>	Atwood et al. (2010); Blaylock, Gaertner, Shevlin (2017), Martinez e Leal (2019).

<p>Diferença entre lucro contábil-fiscal considerando ETR (DCF_ETR)</p>	<p>$CTE_{it} = B_0 + B1PTBI_{it} + B2DIV_{it} + B3DIV_{it} + \varepsilon_{it}$ Em que: CTE_{it} = Despesas tributárias correntes da empresa <i>i</i> no ano <i>t</i>, $PTBI_{it}$ = Lucro antes dos Tributos da empresa <i>i</i> no ano <i>t</i>, DIV_{it} = Total dos dividendos da empresa <i>i</i> no ano <i>t</i>, ETR_{it} = Taxa Efetiva de imposto da empresa <i>i</i> no ano <i>t</i> ε_{it} = erro.</p>	<p>Atwood et al. (2010); Blaylock et al. (2017), Martinez e Leal (2019).</p>
---	--	--

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Tabela 2 apresenta o constructo das variáveis independentes.

Tabela 2
 Variáveis independentes

Descrição	Métrica	Sinal Esperado	Autores de base
<p><i>Board Interlocking Direto</i> (DBI)</p>	<p>Conselheiros de administração com compartilhamento intrafirmas (direto), na forma de quantidade de laços estabelecidos. Indicador gerado pelo software UCINET, utilizando-se da seguinte fórmula:</p> $C_D(v_i) = \frac{d(n_i)}{n-1}$	<p>(+)</p>	<p>Chiu et al. (2013); Ribeiro e Colauto (2016);</p>
<p><i>Board Interlocking Indireto</i> (IBI)</p>	<p>Conselheiros de administração com compartilhamento interfirmas (indireto), na forma de quantidade de laços estabelecidos. Indicador gerado pelo software UCINET, utilizando-se da seguinte fórmula:</p> $C_b(v_i) = \sum_{j < i} \frac{g_{jk}(v_i)}{g_{jk}}, \quad i \neq j \neq k$	<p>(+)</p>	<p>Cunha e Piccoli (2017); Dal Magro e Klann (2020).</p>
<p><i>Board Interlocking Formado por Políticos Direto</i> (EDPOL)</p>	<p>Conselheiros de administração com expertise política e compartilhamento intrafirmas (direto), na forma de quantidade de laços estabelecidos gerado pelo software UCINET. Expertise Política: membros do conselho, que foram políticos ou que já pertenceram ou pertencem à cargos políticos, estatais ou efetuaram doações em campanha. <i>Dummy</i> igual a 1 quando o membro tiver expertise política, e 0 caso contrário.</p>	<p>(-)</p>	<p>Agrawal e Knoeber (2001); Chen, Ding e Kim (2010); Chaney et al. (2011); Camilo et al. (2012); Batta et al. (2014); Dal Magro e Klann (2020).</p>
<p><i>Board Interlocking Formado por Políticos Indireto</i> (EIPOL)</p>	<p>Conselheiros de administração com expertise política e compartilhamento intrafirmas (indireto), na forma de quantidade de laços estabelecidos gerado pelo software UCINET.</p>	<p>(-)</p>	<p>(continuação dos autores da linha anterior)</p>
<p>Conexão Política (CONEX_POL)</p>	<p>Proporção do número de membros do conselho de administração com vínculos políticos pelo número total de membros.</p>	<p>(-)</p>	<p>(continuação dos autores da linha anterior)</p>
	<p>Conselheiros de administração ligados a administração, direção e/ou CA de</p>	<p>(+)</p>	<p>Guner et al. (2008);</p>

<i>Board Interlocking</i> Formado por Banqueiros Direto (EDFIN)	instituições financeiras (expertise financeira) e com compartilhamento intrafirmas (direto), na forma de quantidade de Laços estabelecidos gerado pelo software UCINET. Expertise Financeira: membros do conselho que atuam ou já atuaram em bancos ou instituições financeiras, bem como, membros cuja profissão é banqueiro. <i>Dummy</i> igual a 1 quando o membro tiver expertise Financeira, e 0 caso contrário.		Markarian e Parbonetti (2009); Dal Magro e Klann (2020).
<i>Board Interlocking</i> Formado por Banqueiros Indireto (EIFIN)	Conselheiros de administração ligados a administração, direção e/ou CA de instituições financeiras (expertise financeira) e com compartilhamento intrafirmas (indireto), na forma de quantidade de Laços estabelecidos gerado pelo software UCINET.	(+)	
Conexão Financeira (CONEX_FIN)	Proporção do número de membros do conselho de administração com vínculos financeiros pelo número total de membros.	(+)	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Cabe destacar, que o *BI* formado por políticos foi definido pela análise do currículo de cada conselheiro de administração, considerando aqueles que ocuparam algum cargo político, seja municipal, estadual ou federal. Adicionou-se também os conselheiros de administração de estatais e os conselheiros que realizaram doação nas campanhas eleitorais 2016 e 2018. Esses foram caracterizados como tendo expertise política (Faccio, 2010; Chaney et al., 2011).

A escolha do período de 2016 é justificada pelo surgimento da Lei 13.165/2015, a qual prevê a impossibilidade de doações de pessoas jurídicas para as campanhas eleitorais, dando maior destaque às doações de pessoas físicas. Dessa forma, optou-se por também consultar as eleições seguintes a esse decreto, sendo, portanto, 2018. Para fazer a consulta dos doadores da campanha eleitoral de 2016 e 2018 foi necessário informar o número do CPF de cada conselheiro de administração no site <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga>.

O *BI* formado por banqueiros foi definido pelo currículo de cada conselheiro de administração, estabelecendo os indivíduos com participação em conselhos ou diretorias de instituições financeiras (Güner, Malmendier & Tate, 2008; Markarian & Parbonetti, 2009). Diante disso, foi elaborada uma planilha eletrônica com o nome dos conselheiros de administração e suas empresas e, em seguida, verificou-se os conselheiros que ocupavam, paralelamente, assentos no CADM de outras empresas por meio da elaboração de matrizes cruzadas. Finalmente, a matriz criada em excel foi inserida no *software* UCINET para mensuração da centralidade *degree* (ligação direta) e *betweenness* (ligação indireta).

Na tabela 3 constam as variáveis de controle.

Tabela 3

Variáveis de controle

Métrica		Sinal Esperado	Autores de base
Tamanho do Conselho (TAMCADM)	Número de membros conselho de administração no ano t.	(+)	Sun, Lan e Liu (2014); Doukakis (2014).
Independência do Conselho (INDEPCA)	Percentual de membros independentes do comitê de auditoria (aqueles sem vínculo com a gestão da empresa).	(+)	
Empresa de auditoria (BIGFOUR)	Dummy igual a 1 quando a empresa é auditada por big four, e 0 caso contrário.	(+)	
Market to Book (MTB)	Preço da ação / Valor contábil líquido por ação.	(+)	Blaylock, Gaertner e Shevlin (2017).
Retorno Sobre Ativos (ROA)	Lucro Líquido / Ativo Total.	(+)	
Tamanho da empresa (TAM)	Logaritmo natural do Ativo Total da empresa i no início do ano t	(+)	Silva, Santos e Almeida (2011);
Endividamento (ENDIV)	Capital de Terceiros / Ativo Total.	(+)	Chen et al. (2015).

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os dados econômicos e financeiros do período de 2011 a 2018 foram coletados na base de dados Economática® e no Website da B3. As informações do BI foram coletadas de forma manual nos formulários de referência (na seção 12, itens 12.5/6 e 12.7/8) de cada empresa e para cada ano. A variável de expertise política pela doação de campanha foi coletada no Website: <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/>, pelos itens eleições 2016 e 2018, cuja consulta foi realizada considerando o CPF de cada membro.

Para verificar a influência do BI formado por banqueiros e políticos na diferença entre lucro contábil-fiscal, os dados foram analisados com uso da regressão linear múltipla por meio do software *Stata*®, utilizando-se das seguintes equações:

$$DCF_{it} = \beta_0 + \beta_1 \sum board\ interlocking_{it} + \beta_2 \sum Conexões_{it} + \beta_3 \sum Variáveis\ de\ Controle_{it} + \varepsilon \text{ (Equação 1)}$$

$$DCF_{ET_{it}} = \beta_0 + \beta_1 \sum board\ interlocking_{it} + \beta_2 \sum Conexões_{it} + \beta_3 \sum Variáveis\ de\ Controle_{it} + \varepsilon \text{ (Equação 2)}$$

A partir das equações 1 e 2 foram realizados modelos econométricos com variáveis de interesse específicas para diferentes abordagens sobre a

variável dependente. Destaca-se que as observações da amostra compreenderam um período longitudinal de 2011 a 2018, contudo, não foi utilizado o modelo de regressão de dados em painel, devido à baixa variação na alteração da composição dos membros dos conselhos de administração das empresas de um ano para outro, fator que provocou pouca variabilidade na estimação do *BI* entre períodos de análise.

Em relação aos pressupostos do modelo econométrico, evidencia-se que a normalidade foi considerada pelo número de observações atingir um limite superior ao indicado pelo Teorema do Limite Central, conforme recomendado por Gujarati (2011). A homocedasticidade foi estabelecida pelo teste de *Pesarán-Pesarán*, que indicou heterocedasticidade dos dados, os quais foram corrigidos pelo método de White (White, 1980). O teste de *Durbin-Watson* indicou resultado próximo de dois em todos os modelos, inferindo a inexistência de autocorrelação residual. Por fim, a inexistência de multicolinearidade foi indicada pelo fator de inflação da variância (VIF) ter sido inferior a 10 em todas variáveis dos modelos.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Em geral, os resultados descritivos indicam que 77% das empresas analisadas apresentaram ligações diretas com outras organizações por meio do *BI* e 45% apresentaram ligações indiretas. Cerca de 38% das empresas possuem banqueiros interligados de forma direta e 11% de forma indireta. Ademais, observou-se que 41% das empresas apresentam ligações diretas entre membros com vínculos políticos e 9% ligações indiretas. De forma geral, os achados demonstram que nas ligações diretas existe maior densidade para as empresas com membros políticos e nas ligações indiretas para banqueiros.

A Tabela 4 apresenta o modelo (*Robust*) das variáveis, para testar a influência do *BI* formado por políticos na diferença entre lucro contábil-fiscal.

Tabela 4

Estatística da influência do board interlocking formado por políticos na diferença entre lucro contábil-fiscal

Dependentes	DCF				DCF_ETR			
	Robust	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Robust	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
DBI	3.1798				3.2935			
IBI	-0,0000				0,0000			
EDPOL		-4.8129	-5.9756*			-3.7635	-4.7923	
EIPOL		-0,0000	-0,0001			-0,0001	-0,0000	
CONEX_FIN	0,6430*				0,6410*			
CONEX_POL	-	-		-0,2103*	-0,1430	-0,1364		-0,1817*
TAMCADM	0,0135	0,0201	0,0180	0,0175	0,0136	0,0207	0,0188	0,0185
BIGFOUR	0,1107	0,1670*	0,1795*	0,1533*	0,1230**	0,1792*	0,1903*	0,1687*
INDEPCA	0,5720*	0,5336*	0,5336*	0,5273*	0,5390*	0,5014*	0,5014*	0,4955**
TAM	0,0377	0,0789	0,0672	0,0680	0,0357	0,0787	0,0683	0,0703
ENDIV	0,3990*	0,3237*	0,3401*	0,3176*	0,3839*	0,3079*	0,3224*	0,3034*

ROA	-0,147*	-0,0142*	-0,0138*	-0,0148*	-0,0181*	-0,0174*	-0,0171*	-0,0179*
MTB	0,0064	0,0073	0,0071	0,0078	0,0083	0,0093	0,0091	0,0090
(Constante)	-	-0,9116*	-0,8660*	-0,8299*	-0,7419*	-0,9114*	-0,8710*	-0,8439*
	0,7530*							
Observações	1.157	1.157	1.157	1.157	1.157	1.157	1.157	1.157
R ² ajustado	0,0653	0,0491	0,0478	0,0469	0,0744	0,0562	0,0552	0,0547
Estatística F	6,7000	7,0200	7,7600	8,6100	7,6700	8,0100	8,8800	9,8900
Prob > F	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
Durbin Watson	2,0150	2,0040	1,9990	2,0009	2,0160	2,0080	2,0030	2,0110
VIF	< 10	< 10	< 10	< 10	< 10	< 10	< 10	< 10

* Significativo a 1%, ** Significativo a 5%, *** Significativo a 10%

Fonte: Dados da pesquisa.

Primeiramente, foi realizado um teste *Robust* para testar a influência do *board interlocking*. Em relação às características de *board interlocking* direto e indireto (DBI e IBI), não se evidenciou significância estatística demonstrando que a simples ligação de membros do CADM não exerce influência sobre a diferença entre os lucros contábil-fiscal.

Para tanto, realizou-se o teste das conexões e nota-se que os coeficientes estatísticos se apresentam significantes para as variáveis preditas e diante disso os modelos seguintes foram elaborados de forma a testar a influência da formação política (Tabela 4) e da formação financeira (Tabela 5) na DCF.

Primeiramente, testou-se um modelo completo para diferença entre lucro contábil-fiscal (DCF) e diferença entre lucro contábil-fiscal com a inclusão da taxa efetiva do imposto (DCF_ETR), em seguida foram testados os modelos com a retirada de algumas variáveis.

O modelo 1 (DCF) identificou que existe relação significativa ao nível de 5% entre a conexão política e a diferença entre lucro contábil-fiscal. No modelo 2, foi testada a formação política direta e indireta, representada pelos membros com ligação política que são compartilhados entre CADM por meio do BI de ligação direta ou indireta. O coeficiente de formação política direta (EDPOL) se mostrou significativo e negativo, permitindo inferir que quando existem membros interconectados de maneira direta nos conselhos, e estes são políticos, a diferença contábil-fiscal diminui, resultado que não permite rejeitar a hipótese H_1 .

Os achados coadunam com Faccio (2006), Batta et al. (2014) e Bona-Sánchez et al. (2014). Faccio (2006) identificou que as empresas interligadas por políticos estão sob maior julgamento público e sujeitas a monitoramento mais rigorosos. Batta et al. (2014) destacam que as vantagens provindas de elo político podem impactar nos processos decisórios. A inserção de políticos nos CADM concede maior atenção à informação destinada ao fisco, resultando em maior proximidade entre os lucros contábil e fiscal.

Bona-Sánchez et al. (2014) encontraram relação negativa das ligações políticas com a informatividade dos lucros, destacando tratar-se de um efeito de informação, onde políticos e acionistas estão preocupados em fornecer o mínimo de informação para o mercado, a fim de proteger as relações políticas públicas e evitar o vazamento de informações aos concorrentes.

Ademais, o modelo com a DCF_ETR indicou que a EDPOL deixou de ser significante, reforçando o indicativo teórico. Os resultados sugerem que expertises providas das relações políticas influenciam a organização para atender ao fisco, o que pode prejudicar a informação reportada aos demais *stakeholders*. Além disso, o BI formado por políticos faz com que as previsões dos analistas sejam menos precisas, gerando assimetria de informação entre principal e agente, prejudicando a transparência (Chen, Ding & Kim, 2010).

Atwood, Drake e Myers (2010) defendem que as demonstrações financeiras retratam dados financeiros, econômicos e de desempenho das empresas, o que não se relaciona com os interesses tributários. A conformidade contábil-fiscal oferece ênfase dos gerentes nos efeitos tributários, causando perda informacional na essência econômica das operações (Tang, 2015).

Em relação às características de governança corporativa, percebe-se significância estatística ao nível de 5% e 10% para as variáveis de *big four* e independência do comitê de auditoria, respectivamente. Os resultados permitem inferir que quanto mais as empresas são auditadas por *big four* e quanto maior a independência do CA, maior é a diferença entre lucro contábil-fiscal. Cabe ressaltar, que as empresas de auditoria *big four* carregam uma expertise em virtude de outros serviços já prestados, sendo natural que em busca de atender as perspectivas empresariais atuem na minimização de gastos e impactem em ajustes tributários.

Esses achados contrariam as premissas dos mecanismos de governança corporativa. Dal Magro e Klann (2017) encontraram resultados semelhantes, evidenciando que as características de independência e auditoria influenciam de forma positiva para o gerenciamento de resultados e que esses fatores podem ser provenientes das conexões do *board interlocking* que influenciam as práticas das empresas.

Hanlon, Maydew e Shevlin (2008) destacaram que a diferença entre lucro contábil-fiscal pode ser decorrente do gerenciamento de resultados ou do gerenciamento tributário. Adicionalmente, Carrera (2013) e Chiu, Teoh e Tian (2013) destacaram que a existência de laços entre membros dos comitês de auditoria reduz a qualidade da informação contábil.

De modo contrário, alguns estudos abordam a governança corporativa como um mecanismo que impulsiona o enfoque das IFRS, conduzindo ao maior distanciamento entre a apuração do lucro tributário e societário (Daske & Gebhardt, 2006). No entanto, o maior distanciamento entre os lucros contábil-fiscal nem sempre significa um efeito negativo, que pode ser decorrente da busca desenfreada pela redução da carga tributária, conforme apontam Tang (2005) e Formigoni et al. (2009).

Quanto aos indicadores econômicos, o ROA e o endividamento apresentaram significância estatística, evidenciando que quanto menor o retorno sobre ativos maior é a diferença entre lucro contábil-fiscal e quanto maior o endividamento da empresa menor é a diferença entre os lucros. Dal Magro e Klann (2017) também encontraram influência semelhante de ROA sobre gerenciamento de resultados e Silva et al. (2011) destacaram o efeito negativo do endividamento das empresas sobre a qualidade da informação contábil.

Dando continuidade aos impactos das expertises, a Tabela 5 apresenta os resultados da influência do *board interlocking* formado por banqueiros na diferença entre os lucros.

Tabela 5

Estatística da influência do Board Interlocking formado por banqueiros na diferença entre Lucro Contábil-Fiscal

Dependentes Independentes	DCF				DCF_ETR			
	Robust	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Robust	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
DBI	3.1798				3.2935			
IBI	-0,0000				0,0000			
EDFIN		0,1766	6.4311*			0,3703	6.5833*	
EIFIN		0,0000	0,0000			0,0000	0,0000	
CONEX_FIN	0,6430*	0,6835*		0,7038*	0,641*	0,6790*		0,7058*
CONEX_POL	- 0,1740*				-0,143			
TAMCADM	0,0135	0,0110	0,0099	0,0117	0,0136	0,0124	0,0114	0,0132
BIGFOUR	0,1107	0,1315*	0,1439*	0,1325**	0,123**	0,1445*	0,1568*	0,1460*
INDEPCA	0,5720*	0,5584*	0,5278*	0,5631*	0,539*	0,5263*	0,4959**	0,5316*
TAM	0,0377	0,0308	0,0431	0,0304	0,0357	0,0349	0,0472	0,0346
ENDIV	0,3990*	0,4226*	0,3616*	0,4194*	0,3839*	0,4061*	0,3455*	0,4024*
ROA	- 0,1470*	-0,0139*	-0,0158*	-0,0138*	- 0,0181*	-0,0171*	-0,0189*	-0,0169*
MTB	0,0064	0,0064	0,0074	0,0065	0,0083	0,0083	0,0093	0,008
(Constante)	- 0,7530*	-0,7370*	-0,7022*	-0,7388*	- 0,7419*	-0,7626*	-0,7280*	-0,7655*
Observações	1.157	1.157	1.157	1.157	1.157	1.157	1.157	1.157
R ² ajustado	0,0653	0,0613	0,0488	0,0609	0,0744	0,0702	0,0578	0,0696
Estatística F	6,7000	7,3100	7,9000	8,8900	7,6700	8,4100	9,0400	10,3500
Prob > F	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
Durbin Watson	2,0150	2,0140	2,0060	2,0130	2,0160	2,0170	2,0070	2,0170
VIF	< 10	< 10	< 10	< 10	< 10	< 10	< 10	< 10

* Significativo a 1%, ** Significativo a 5%, *** Significativo a 10%

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação aos modelos analisados nas Tabelas 5 e 6, o R² dos modelos variaram de 4,6% a 7,4%, o que aparentemente pode parecer um baixo poder explicativo. No entanto, cabe lembrar que nem sempre R² altos, indicam que um modelo é realmente preditivo, e R² com valores baixos nem sempre são ruins, pois, dependem dos coeficientes e significância das variáveis obtidas na regressão. Nesse caso, as variáveis preditoras do estudo se apresentaram estatisticamente significativas, permitindo realizar inferências.

Na Tabela 5 os achados apontam que as ligações diretas de banqueiros influenciam no aumento da diferença entre lucro contábil-fiscal, não rejeitando a hipótese H₂. Os resultados de Stearns e Mizruchi (1993), Güner et al. (2008), Markarian e Parbonetti (2009), Dittman et al. (2010) e Dal Magro e Klann (2017) definem que o poder de monitoramento, minimização de oportunismo e benefícios que a conexão financeira pode exercer nas empresas é muito importante.

Dittman et al. (2010) ressaltam que os banqueiros agem como especialistas e auxiliam o processo de recuperação e financiamento para as empresas. E, de acordo com os achados desse estudo, percebe-se que a conexão financeira pode atuar de forma importante na qualidade da informação reportada ao *stakeholder primário*, no entanto, isso gera distanciamento da informação tributária. Os resultados se mantêm iguais para os modelos com a variável DCF_ETR, o que demonstra que a influência de banqueiros não está atrelada a agressividade fiscal, mas com a melhor informação repassada aos demais *stakeholders* para subsidiar a tomada de decisão.

Diante disso, quando se tem uma melhor adesão às normas internacionais de contabilidade e conseqüentemente uma melhora na qualidade da informação contábil reportada aos *stakeholders primários*, percebe-se uma contabilidade societária mais eficiente, mas que se distancia da informação para o fisco. Muitas vezes, para se obter uma informação mais fidedigna, as empresas precisam adotar instrumentos contábeis que mostrem a essência econômica das operações, afastando-se da forma jurídica (fiscal).

Em relação as variáveis de governança corporativa, percebe-se que as firmas que dispõem de conselho de administração, independência do comitê de auditoria e são auditadas por *big four*, apresentaram maior diferença entre o lucro contábil e fiscal. Em geral, a governança corporativa foi fortalecida após Lei 11.638/07 e com a adesão às IFRS passou-se a priorizar a informação reportada ao *stakeholder*, com o objetivo de dar mais eficiência aos mercados financeiros (Costa & Lopes, 2015).

Ademais, percebe-se inferências importantes na literatura que justificam a possibilidade de efeito entre a ligação de bancos e empresas. Além disso, Mendes-da-Silva (2010) ressaltou a importância de desenvolver estudos brasileiros contemporâneos, com o objetivo principal de identificar a configuração das redes de relacionamento entre bancos e empresas não financeiras por meio do *BI*, a fim de evidenciar resultados mais robustos sobre o impacto nas organizações.

Os achados mostram que o *BI* de forma isolada não atinge diretamente a DCF, mas expertises advindas de vínculos anteriores podem refletir na DCF. Portanto, esses achados indicam que o *BI* formado por banqueiros e políticos exercem maior efeito sobre a qualidade da informação contábil, devido aos vínculos e experiências compartilhadas por esses membros.

Dessa forma, percebe-se que o estudo conseguiu isolar dois fatores importantes dos CADM que interferem para maior e menor distanciamento entre lucro contábil-fiscal. Confirmou que a expertise financeira aumenta a diferença e a expertise política diminuiu a diferença entre os lucros, significantes para explicar o fenômeno investigado.

5 CONCLUSÕES

Conclui-se que o *board interlocking* formado por políticos e banqueiros gera distintas influências na diferença entre os lucros contábil e fiscal. Os mecanismos de governança foram percebidos como impulsionadores da

diferença, contrariando as premissas de GC, mas que podem ser resultado dos efeitos do *board interlocking* ou até mesmo das IFRS.

Ao verificar a influência do *board interlocking* formado pelas conexões com políticos e banqueiros na diferença contábil-fiscal, conclui-se que existe relação negativa para o *board interlocking* pela expertise política e uma relação positiva para a expertise financeira.

Percebe-se que os stakeholders devem observar com maior atenção os efeitos do *board interlocking* formado por políticos, pois mostrou-se associado com menor diferença entre o contábil e fiscal, ou seja, na existência de membros com expertise política a DCF diminui. Tang (2005) menciona que as diferenças tributárias podem ocorrer devido à discordância entre as normas internacionais de contabilidade e as regras impostas pelo fisco. Diante disso, por focarem nos critérios estabelecidos pelo governo, os políticos podem deixar de lado a parte societária da organização para focalizar na parte tributária. No entanto, isso não se revela como um ponto negativo da conexão, apenas ressalta que os membros com expertise política focam na informação fiscal.

Bona-Sánchez et al. (2014) perceberam relação negativa das ligações políticas com a informatividade dos lucros e ressaltaram que os políticos e acionistas fornecem o mínimo de informação para o mercado, a fim de proteger as relações políticas públicas e evitar a propagação de informações aos concorrentes. Ademais, Chaney et al. (2011) reforçam que empresas com conexões políticas estão expostas aos controles rigorosos de monitoramento e são mais vulneráveis publicamente.

Portanto, os achados relativos ao BI formado por políticos condizem com a hipótese H1- o BI formado por políticos reduz a diferença entre os lucros contábil e fiscal, a qual não pode ser rejeitada. Para expertise financeira, percebeu-se um aumento da DCF, o que demonstra o quanto os banqueiros estão mais engajados com a organização e resulta na não rejeição da hipótese H2 - o BI formado por banqueiros aumenta a diferença entre os lucros contábil e fiscal.

Cabe destacar que Costa e Lopes (2015) mencionam que a diferença contábil-fiscal pode também ser proveniente a adesão das IFRS, as quais estimulam a transparência e fidedignidade e são voltadas para a melhoria da informação contábil reportada aos stakeholders, o que faz com que o distanciamento entre lucro contábil-fiscal aumente, mas não necessariamente represente uma informação contábil de má qualidade.

Em termos práticos, conclui-se que a diferença entre o lucro contábil e fiscal não tem sido um fator de agressividade tributária, mas de interesse envolto na informação contábil gerada aos stakeholders primários, tendo em vista o interesse do *board interlocking* formado por banqueiros ter sido associado a este fator. Por outro lado, o *board interlocking* formado por políticos faz com que a empresa tenha uma preocupação menor com relação a geração de informações qualificada aos stakeholders primários, promovendo foco nos quesitos tributários.

De forma geral, o estudo evidencia que os conselheiros de administração utilizam da rede corporativa para defender seus próprios interesses informacionais que se sobressaem aos interesses coletivos. Na prática, a diferença entre lucro

contábil-fiscal representa melhoria na qualidade da informação para cada âmbito de interesse, seja stakeholders primários e/ou secundários e, portanto, a presença de banqueiros no conselho de administração pode se fazer necessário para monitoramento mais eficiente da governança corporativa.

Diante do exposto, o estudo permite aos stakeholders primários uma concepção dos fatores que envolvem as organizações e principalmente a informatividade das informações repassadas a eles e ao fisco. Com base nos achados, os presidentes, gestores e acionistas poderão passar a analisar com maior clareza a qualidade dos relatórios contábeis divulgados e mediante essa perspectiva avaliar o benefício de manter no conselho de administração membros com expertises específicas e interconectados. Ademais, o estudo permite verificar quais mecanismos de governança melhoram a informação contábil e são realmente importantes para a organização.

Os achados contribuem com a Teoria da Agência ao demonstrar que o BI formado por banqueiros focaliza na contabilidade societária e, por sua vez, promove a maximização dos objetivos da empresa (principal), distanciando-se assim dos objetivos fiscais (agente). Por outro lado, o BI formado por políticos direciona a informação contábil aos interesses do governo (principal). Este achado aproxima a informação tributária e societária com a finalidade do governo monitorar com maior facilidade a empresa

No âmbito social, contribui-se ao fornecer evidências aos órgãos reguladores e usuários das informações contábeis. Ainda, os resultados deste estudo são de interesse para pesquisadores na área de Contabilidade societária e tributária, investidores, reguladores, analistas e organizações globais.

Não obstante ao rigor científico e aos cuidados metodológicos, a pesquisa apresenta limitações. Em relação a não generalização dos resultados, considerando uma amostra não-probabilística. Em relação a seleção das características que compõem o BI, formado por banqueiros e políticos bem como, ao modelo de mensuração da conformidade que influencia para exclusão de algumas empresas da amostra.

Sugere-se que pesquisas futuras incluam outros fatores explicativos que contemplem a formação do BI. Adicionalmente, pode-se investigar se as diferenças entre o lucro contábil e fiscal prevalecem em distintos segmentos econômicos das empresas.

REFERÊNCIAS

- Agrawal, A.; Knoeber, C. R. (2001). Do some outside directors play a political role? *The Journal of Law and Economics*, 44(1), 179-198. Doi:10.1086/320271
- Albuquerque, T. S. (2016). *Board Interlocking no Brasil-Aspectos societários da participação de conselheiros em múltiplas*. São Paulo, Leya.
- Atwood, T. J., Drake, M. S., & Myers, L. A. (2010). Book-tax conformity, earnings persistence and the association between earnings and future cash

flows. *Journal of Accounting and Economics*, 50(1), 111-125. Doi:10.1016/j.jacceco.2009.11.001

Blaylock, B., Gaertner, F. B., & Shevlin, T. (2017). Book-tax conformity and capital structure. *Review of Accounting Studies*, 22(2), 903-932. Doi: 10.1007/s11142-017-9386-2

Bona-Sánchez, C., Pérez-Alemán, J., & Santana-Martín, D. J. (2014). Politically connected firms and earnings informativeness in the controlling versus minority shareholders context: European evidence. *Corporate Governance: An International Review*, 22(4), 330-346. Doi:10.1111/corg.12064

Boubakri, N., Guedhami, O., Mishra, D., & Saffar, W. (2012). Political connections and the cost of equity capital. *Journal of Corporate Finance*, 18(3), 541-559. Doi: 10.1016/j.jcorpfin.2012.02.005

Camilo, S. P. O., Marcon, R., & Bandeira-de-Mello, R. (2012). Conexões políticas das firmas e seus efeitos na performance: uma convergência entre as perspectivas da governança e da dependência de recursos – um ensaio teórico. *Revista Alcance*, 19(2), 241-258. Doi: <https://doi.org/10.14210/alcance.v19n2.p241-258>

Cardoso, T. A. O.; Costa, P. S.; Ávila, L. A. C. (2017). A persistência da book-tax differences nas companhias abertas brasileiras após a adoção do International Financial Reporting Standards (IFRS). *Revista Alcance*, v. 24, n. 4. Doi: <https://doi.org/10.14393/ufu.di.2017.288>

Carrera, N. (2013). Audit committees' interlocks and financial reporting Quality. In 36° Annual Congress European Accounting Association, Paris, France.

Chaney, P. K., & Faccio, M. dan Parsley, D.(2011). The quality of accounting information in politically connected firms. *Journal of Accounting and Economics*. Doi: 10.1016/j.jacceco.2010.07.003

Chen, S., Chen, X., Cheng, Q., & Shevlin, T. (2010). Are family firms more tax aggressive than non-family firms?. *Journal of Financial Economics*, 95(1), 41-61. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.jfineco.2009.02.003>

Chen, C. J., Ding, Y., & Kim, C. F. (2010). High-level politically connected firms, corruption, and analyst forecast accuracy around the world. *Journal of International Business Studies*, 41(9), 1505-1524. Doi: 10.1057/jibs.2010.27

Chen, T. Y., Gu, Z., Kubota, K., & Takehara, H. (2015). Accrual-based and real activities based earnings management behavior of family firms in Japan. *The Japanese Accounting Review*, 5(2015), 21-47. Doi: <https://doi.org/10.11640/tjar.5.2015.02>

- Chi, S. S., Pincus, M., & Teoh, S. H. (2014). Mispricing of book-tax differences and the trading behavior of short sellers and insiders. *The Accounting Review*, 89(2), 511-543. Doi: <https://doi.org/10.2308/accr-50644>
- Chiu, P. C., Teoh, S. H., & Tian, F. (2013). Board interlocks and earnings management contagion. *The Accounting Review*, 88(3), 915-944. Doi: 10.2308/accr-50369
- Costa, M., Bandeira-de-Mello, R., & Marcon, R. (2013). Influencia de la conexión política en la diversificación de los grupos empresariales brasileños. *Revista de Administração de Empresas*, 53(4), 376-387. Doi: 10.1590/S0034-75902013000400005
- Costa, P. S., & Lopes, A. B. (2015). *Implicações da adoção das IFRS sobre as book-tax differences: o caso do Brasil*. Novas Edições Acadêmicas. Doi: <https://doi.org/10.11606/t.12.2012.tde-30032012-173043>
- Cunha, P. R. D., & Piccoli, M. R. (2017). Influence of board interlocking on earnings management. *Revista Contabilidade & Finanças*, 28(74), 179-196. Doi: 10.1590/1808-057x201701980
- Dal Magro, C. B. (2017). *Efeito moderador de expertises de membros do board interlocking em incentivos para as práticas de gerenciamento de resultados mediante atividades reais* (Doctoral dissertation, Tese de Doutorado em Ciências Contábeis e Administração, Universidade Regional de Blumenau-FURB, Blumenau, SC, Brasil).
- Dal Magro, C. B., & Klann, R. C. (2020). Novo olhar ao board interlocking: evidências a partir das redes sociais corporativas. *Revista de Administração Pública*, 54(1), 121-141. Doi: 10.1590/0034-761220180293
- Daske, H., & Gebhardt, G. (2006). International financial reporting standards and experts' perceptions of disclosure quality. *Abacus*, 42(3-4), 461-498. Doi: 10.1111/j.1467-6281.2006.00211.x
- Dhaliwal, D. A. N., Naiker, V. I. C., & Navissi, F. (2010). The association between accruals quality and the characteristics of accounting experts and mix of expertise on audit committees. *Contemporary Accounting Research*, 27(3), 787-827. Doi: 10.1111/j.1911-3846.2010.01027.x
- Dittmann, I., Maug, E., & Schneider, C. (2010). Bankers on the boards of German firms: What they do, what they are worth, and why they are (still) there. *Review of Finance*, 14(1), 35-71. Doi: 10.1093/rof/rfp007
- Doukakis, L. C. (2014). The effect of mandatory IFRS adoption on real and accrual-based earnings management activities. *Journal of Accounting and Public Policy*, 33(6), 551-572. Doi: 10.1016/j.jaccpubpol.2014.08.006

- Faccio, M. (2006). Politically connected firms. *American economic review*, 96(1), 369-386. Doi: 10.1257/000282806776157704
- Faccio, M. (2010). Differences between politically connected and nonconnected firms: A cross-country analysis. *Financial management*, 39(3), 905-928. Doi: 10.1111/j.1755-053X.2010.01099.x
- Fama, E. F., & Jensen, M. C. (1983). Agency problems and residual claims. *The Journal of Law and Economics*, 26(2), 327-349. Doi: <https://doi.org/10.1086/467038>
- Fan, J. P., Guan, F., Li, Z., & Yang, Y. G. (2014). Relationship networks and earnings informativeness: Evidence from corruption cases. *Journal of Business Finance & Accounting*, 41(7-8), 831-866. Doi: 10.1111/jbfa.12078
- Fávero, L. P., Belfiore, P., Silva, F. D., & Chan, B. L. (2009). Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões. São Paulo, Atlas.
- Ferreira, F. R., Martinez, A. L., Costa, F. M. D., & Passamani, R. R. (2012). Book-tax differences e gerenciamento de resultados no mercado de ações do Brasil. *Revista de Administração de Empresas*, 52(5), 488-501. Doi: [10.1590/S0034-75902012000500002](https://doi.org/10.1590/S0034-75902012000500002).
- Formigoni, H., Antunes, M. T. P., & Paulo, E. (2009). Diferença entre o lucro contábil e lucro tributável: uma análise sobre o gerenciamento de resultados contábeis e gerenciamento tributário nas companhias abertas brasileiras. *Brazilian Business Review*, 6(1), 44-61. Doi: 10.15728/bbr.2009.6.1.3
- Glasberg, D. S. (1987). The ties that bind? Case studies in the significance of corporate board interlocks with financial institutions. *Sociological Perspectives*, 30(1), 19-48. Doi: 10.2307/1389182
- Granovetter, M. (1983). The strength of weak ties: A network theory revisited. *Sociological Theory*, p. 201-233. Doi: <https://doi.org/10.2307/202051>
- Gujarati, D. N. (2011). *Econometria básica*. 5. ed. Porto Alegre, Bookman.
- Güner, A. B., Malmendier, U., & Tate, G. (2008). Financial expertise of directors. *Journal of Financial Economics*, 88(2), 323-354. Doi: 10.1016/j.jfineco.2007.05.009
- Hanlon, M. & Heitzman, S. (2010). A review of tax research. *Journal of Accounting and Economics*, 50(2-3), 127-178. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2010.09.002>.
- Hanlon, M., Maydew, E. L., & Shevlin, T. (2008). An unintended consequence of book-tax conformity: A loss of earnings informativeness. *Journal of Accounting and Economics*, 46(2-3), 294-311. Doi: 10.1016/j.jacceco.2008.09.003

- Hashim, U. J., & Abdul Rahman, R. (2011). Board independence, board diligence, board expertise and impact on audit report lag in Malaysian market. In *Finance and Corporate Governance Conference*. Doi: <https://doi.org/10.2139/ssrn.1717479>
- Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, 3(4), 305-360. Doi: /10.1016/0304-405X(76)90026-X
- Karampinis, N. I., & Hevas, D. L. (2013). Effects of IFRS adoption on tax-induced incentives for financial earnings management: Evidence from Greece. *The International Journal of Accounting*, 48(2), 218-247. Doi: 10.1016/j.intacc.2013.04.003
- Khan, M., Srinivasan, S., & Tan, L. (2017). Institutional ownership and corporate tax avoidance: New evidence. *The Accounting Review*, 92(2), 101-122. Doi: 10.2308/accr-51529
- Kim, Y., & Cannella Jr, A. A. (2008). Toward a social capital theory of director selection. *Corporate Governance: An International Review*, 16(4), 282-293. Doi: 10.1111/j.1467-8683.2008.00693.x
- Kothari, S. P. (2001). Capital markets research in accounting. *Journal of Accounting and Economics*, 31(1-3), 105-231. Doi: [doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00030-1](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00030-1)
- Lev, B., & Nissim, D. (2004). Taxable income, future earnings, and equity values. *The Accounting Review*, 79(4), 1039-1074. Doi: <https://doi.org/10.2308/accr.2004.79.4.1039>
- Markarian, G., & Parbonetti, A. (2009). Financial interlocks and earnings management: evidence from Italy. Available at SSRN 1396299. Doi: 10.2139/ssrn.1396299
- Martinez, A. L., & Bassetti, M. (2016). Ciclo de vida das empresas, book-tax differences e a persistência nos lucros. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 10(2), 148-162. Doi: <https://doi.org/10.17524/repec.v10i2.1312>
- Martinez, A. L., & Leal, L. V. (2019). Conformidade contábil-fiscal e gerenciamento de resultados contábeis no Brasil. *RACE-Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, 18(1), 9-30. Doi: 10.18593/race.18854
- Mendes-da-Silva, W. (2010). *Board interlocking, desempenho financeiro e valor das empresas brasileiras listadas em bolsa: análise sob a ótica da teoria dos grafos e de redes sociais* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).

- Mizruchi, M. S., & Stearns, L. B. (1988). A longitudinal study of the formation of interlocking directorates. *Administrative Science Quarterly*, 194-210. Doi: 10.2307/2393055
- Mizruchi, M. S. (1996). What do interlocks do? An analysis, critique, and assessment of research on interlocking directorates. *Annual Review of Sociology*, 22(1), 271-298. Doi: 10.1146/annurev.soc.22.1.271
- Okhmatovskiy, I. (2010). Performance implications of ties to the government and SOEs: A political embeddedness perspective. *Journal of Management Studies*, 47(6), 1020-1047. Doi: 10.1111/j.1467-6486.2009.00881.x
- Qian, M., Pan, H., & Yeung, B. Y. (2011, November). Expropriation of minority shareholders in politically connected firms. In *Finance and Corporate Governance Conference*. Doi: 10.2139/ssrn.1719335
- Ribeiro, F., & Colauto, R. D. (2016). A relação entre *board interlocking* e as práticas de suavização de resultados. *Revista Contabilidade & Finanças*, 27(70), 55-66. Doi: 10.1590/1808-057x201501320
- Santos, R. L., & da Silveira, A. D. M. (2007). *Board interlocking* no Brasil: a participação de conselheiros em múltiplas companhias e seu efeito sobre o valor das empresas. *Revista Brasileira de Finanças*, 5(2), 125-163.
- Santos, R. L., Da Silveira, A. D. M., & Barros, L. A. (2012). *Board interlocking* in Brazil: directors' participation in multiple companies and its effect on firm value and profitability. *Latin American Business Review*, 13(1), 1-28. Doi: 10.1080/10978526.2012.673419
- Shackelford, D. A., & Shevlin, T. (2001). Empirical tax research in accounting. *Journal of Accounting and Economics*, 31(1-3), 321-387. Doi: [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00021-0](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00021-0).
- Shi, L., Dharwadkar, R., & Harris, D. (2013). *Board interlocks and earnings quality*. Available at SSRN.
- Shleifer, A., & Vishny, R. W. (1997). A survey of corporate governance. *The journal of finance*, 52(2), 737-783. Doi: 10.1111/j.1540-6261.1997.tb04820.x
- Silva, E. D. S., Santos, J. F. D., & Almeida, M. A. (2011). Conselho de Administração: uma análise da influência nos níveis de endividamento. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 13(41), 440-453. Doi: 10.7819/rbgn.v13i41.835
- Stearns, L. B., & Mizruchi, M. S. (1993). Board composition and corporate financing: The impact of financial institution representation on borrowing. *Academy of management Journal*, 36(3), 603-618. Doi: 10.5465/256594

- Sun, J., Lan, G., & Liu, G. (2014). Independent audit committee characteristics and real earnings management. *Managerial Auditing Journal*. Doi: 10.1108/MAJ-05-2013-0865
- Tang, T. Y. (2005). Book-tax differences, a proxy for earnings management and tax management-empirical evidence from China. Available at SSRN 872389. Doi: 102139/ssrn.872389
- Tang, T. Y. (2015). Does book-tax conformity deter opportunistic book and tax reporting? An international analysis. *European Accounting Review*, 24(3), 441-469. Doi: 10.1080/09638180.2014.932297
- Tang, T. Y., & Firth, M. (2012). Earnings persistence and stock market reactions to the different information in book-tax differences: Evidence from China. *The International Journal of Accounting*, 47(3), 369-397. Doi: 10.1016/j.intacc.2012.07.004
- White, H. (1980). A heteroskedasticity-consistent covariance matrix estimator and a direct test for heteroskedasticity. *Econometrica: journal of the Econometric Society*, 817-838. Doi: 10.2307/1912934
- Wong, L. H. H., Gygyax, A. F., & Wang, P. (2015). Board interlocking network and the design of executive compensation packages. *Social networks*, 41, 85-100. doi: 10.1016/j.socnet.2014.12.002

Planilha de Contribuição dos Autores			
Contribuição	Ana Julia Batistella Behm	Cristian Bau Dal Magro	Sady Mazzioni
1. Idealização e concepção do assunto e tema da pesquisa	X	X	X
2. Definição do problema de pesquisa		X	
3. Desenvolvimento da Plataforma Teórica	X	X	X
4. Delineamento da abordagem metodológica da pesquisa		X	X
5. Coleta de dados	X		
6. Análises e interpretações dos dados coletados	X	X	X
7. Conclusões da pesquisa	X	X	X
8. Revisão crítica do manuscrito		X	X
9. Redação final do manuscrito, conforme as normas estabelecidas pela Revista.	X		
10. Orientação		X	X